

REFLEXÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

JOSÉ AUGUSTO DELGADO*

*Juiz do TRF 5ª Região, Professor aposentado da UFRN e
Membro honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário*

SUMÁRIO:

1. Considerações Gerais. 2. Aspectos Conceituais e Breve Notícia da Evolução Histórica da Substituição Processual. 3. Substituição Processual e Representação, Traços Distintivos. 4. Substituição Processual e Sucessão Processual. 5. Substituição Processual e Litisconsorte. Características Diferenciadoras. 6. A Previsão Legal da Substituição Processual. 7. Algumas Controvérsias Existentes na Doutrina e na Jurisprudência sobre a Substituição Processual. 7.1. A Posição do Sujeito Ativo na Ação Popular como Substituto Processual. 7.2. O Síndico como Substituto Processual. 7.3. A Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos e Difusos. 7.4. Outros Pontos Controvertidos. 8. Algumas Manifestações Jurisprudenciais sobre Substituição Processual. 8.1. A Recente Posição Assumida pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho. 8.2. A Posição do TRF 1ª Região. 8.3. A Posição do Colendo Superior Tribunal de Justiça. 8.4. A Posição do TRF 5ª Região.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As reflexões contemporâneas sobre as várias entidades que compõem o Direito Processual têm conduzido os doutrinadores a identificação de uma forte tendência em se constitucionalizar determinadas figuras processuais, que garantem, com maior efetividade, os direitos do cidadão. Identifica-se, nesse proceder não visto de modo satisfatório pelo constitucionalismo tradicional, um esforço dos processualistas de fazerem com que as normas de processo sirvam de plena eficácia para a aplicação do direito material, especialmente, quando regulam situações de natureza social e de garantias do próprio homem na expressão maior do exercício de sua cidadania. É, também, uma contribuição valiosa para que a prestação jurisdicional solicitada pelo indivíduo ou por um grupo social receba uma atenção de maior destaque pelo Estado, satisfazendo, assim, os anseios da comunidade.

A intenção é tão-só de contribuir para que seja instalado um sistema onde as leis sejam eficientes e rapidamente aplicadas, possibilitando, em consequência, uma convivência normal entre os integrantes de qualquer sociedade estratificada pela guarda efetiva da força da organização normativa nela vivida.

A denominada constitucionalização de determinadas entidades processuais tem sido uma exigência das sociedades democráticas. Estas, por se verem abraçadas com a grande crise do Poder Judiciário em não satisfazer, com prontidão, os anseios dos tempos atuais, buscam, por vários meios, amenizar essa situação. Um deles é fazendo com que as Constituições Modernas não se preocupem, apenas, em garantir os direitos individuais e sociais. Devem nela constar proteções a direitos processuais para que se apresentem com maior vigor quanto à sua aplicação.

A detecção desse fenômeno justifica a presença em nossa Carta Magna de dispositivos que se referem diretamente a determinadas garantias de direito, entre elas, a possibilidade do exercício da

substituição processual. Os dispositivos abaixo referidos são exemplos explícitos:

1 - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses dos seus membros ou associados (CF, art. 5º, LXX).

2 - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

.....

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas" (CF, art. 8º, III);

3 - São funções institucionais do Ministério Público:

.....

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; (CF, art. 129, III, IV e V).

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E BREVE NOTÍCIA DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

A doutrina, em pensamento majoritário, denomina de substituição processual a possibilidade permitida em lei de qualquer pessoa física ou jurídica demandar perante o Poder Judiciário, em nome



de outrem, a tutela de um direito controvertido que entende aquele possuir. Observa-se, desde logo, da conceituação apresentada, que se trata de uma faculdade excepcional dependente de autorização legal, pois, conforme se depreende do nosso sistema formal civil, a relação jurídica processual há de ser formada, em regra, entre as partes interessadas, de modo direto, no resultado da controvérsia submetida ao Estado, por meio do Juiz, para uma solução definitiva (art. 3º, c/c o art. 6ª, do CPC).

A sua previsão legal está no art. 6º, do CPC, que enuncia:

"Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei".

Verifica-se, assim, que o legislador impôs, como regra geral e de modo proibitivo e categórico, que nenhum direito pertencente a outrem pode ser pleiteado por alguém que não seja o próprio titular, salvo se houver autorização em lei no sentido diferente.

Pontes de Miranda entende substituição processual ou sub-rogação processual como sendo o fenômeno em "que se atribui a alguém, que não é o sujeito da relação jurídica deduzida em Juízo, o ser parte."¹

Moacyr Amaral Santos não pensa de modo diverso. Ao seu sentir, "dá-se a figura da substituição processual quando alguém está legitimado para litigar em Juízo em nome próprio, como autor ou réu, na defesa de direito alheio."²

Para José Frederico Marques, ocorre substituição processual nas situações formais em que alguém, em nome próprio, pleiteia direito alheio. Explica que, para a sua configuração, há a necessidade de não

¹ *Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, Tomo I. pp. 241 e 242.

² *Primeiras Linhas de Direito Processual*, vol. 1º, p. 390.



coincidir o sujeito da relação processual com o da relação substancial, formando-se, assim um caso de legitimação *ad causam* extraordinária.³

Waldemar Mariz de Oliveira explica, com absoluta precisão, que substituição processual é o "instituto pelo qual é conferido a alguém legitimidade para, em nome próprio, agir em Juízo, como autor ou réu, na defesa do direito alheio."⁴

A denominação de substituição processual dada à relação jurídica formal ora estudada não recebe aceitação pacífica na doutrina. Chiovenda, conforme assinala Edson Ferreira da Silva⁵, foi quem atribuiu essa titularidade ao referido instituto. Waldemar Mariz de Oliveira⁶ propõe o nome de equiparação ou equivalência processual e diferencia, ao mesmo tempo, a legitimação ordinária da extraordinária⁷.

Francisco Barros Dias, em trabalho aprofundado sobre a matéria⁸, lembra que uma parte da doutrina opta pela denominação de legitimação extraordinária ou legitimação anômala.

Edson Ferreira da Silva⁹ apregoa que a expressão "substituição processual" deve ser a consagrada. Aliás, essa é a posição assumida pela maioria dos doutrinadores e o observado na quase totalidade dos pronunciamentos emitidos pelos Juízes e Tribunais.

Anote-se, porém, que essa linha de pensar de Edson Ferreira da Silva só se aplica, conforme ele próprio explica, para "os casos de atuação do legitimado extraordinário sem a integração do substituído no

³ *Manual de Direito Processual Civil*, vol. I, pp. 249 e 250.

⁴ *Substituição Processual*, São Paulo, 1971, pp. 131 e 132.

⁵ No artigo *Da Legitimação Extraordinária, inclusive na Constituição de 1988*. in RP, n. 64, ano 16, out. dez. 1991, Ed. TR, p. 82.

⁶ in obra já citada, p. 89.

⁷ in obra já citada, p. 88, n. 41.

⁸ *Substituição Processual. Algumas Hipóteses da Nova Constituição*, in *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, vol. 18. p. 81, dez. 1989.

⁹ In artigo já citado, p. 82.



processo, sendo que, neste caso, não se há de falar em substituição."¹⁰

Mais adiante esclarece com maior clareza:

isto porque entendemos que, na ausência do sujeito da lide, o legitimado extraordinário atua em seu lugar e como verdadeiro substituto, o que justifica a denominação. Assim, temos o fenômeno da legitimação extraordinária como gênero e o da substituição como espécie, o que ficará mais claro com o estudo da sua classificação.¹¹

Em parágrafo seguinte, a mencionada classificação, que é uma proposta de José Carlos Barbosa Moreira,¹² é estudada por Edson Ferreira da Silva, esquematizando-a do modo sintético que passo a registrar.

Síntese da classificação feita por Barbosa Moreira, ao estudar a legitimação extraordinária:

a) Legitimação extraordinária autônoma, que ocorre quando "o legitimado extraordinário tem absoluta independência para atuar", sem necessitar "da iniciativa, da vontade ou da intervenção do legitimado ordinário e podendo agir até contra a vontade expressa deste".

b) Legitimação subordinada que se faz presente quando apenas "os protagonistas da relação substancial podem iniciar ou responder a demanda, sendo a participação do legitimado extraordinário em caráter acessório. E o caso do assistente, que se alia a uma das partes contra a outra, em defesa de um direito que é do assistido e não seu. Também daquele que é chamado ao processo por via de denúncia da lide: da mesma forma que o assistente, alia-se o denunciado ao denunciante, em defesa de um direito que é deste e não daquele."

c) Legitimação extraordinária autônoma e exclusiva por excluir "a possibilidade de o legitimado atuar em Juízo como parte." "É o caso da

¹⁰ *In artigo do autor já citado*, p. 82.

¹¹ *In artigo já citado*, pp. 82 e 83.

¹² *In Apontamentos para um estudo sistemático da legitimação extraordinária*, artigo publicado na RT 404/9-18. junho de 1969, citado por Edson Ferreira da Silva, em *obra já mencionada*, pp. 83 e ss.



defesa dos bens dotais da mulher pelo marido, cabendo somente a este demandar e ser demandado a respeito daqueles bens. A legitimação da mulher fica restrita a poder atuar no processo como assistente do marido."

d) Legitimação autônoma e concorrente quando "não exclui a ordinária e nem esta aquela", permitindo o aperfeiçoamento "da relação processual, com a só presença do legitimado ordinário ou do extraordinário, indistintamente, podendo também haver a atuação simultânea de ambos."

e) Legitimação extraordinária autônoma concorrente primária por caber, também, ao legitimado extraordinário "a instauração do processo, independentemente de qualquer atitude do legitimado Ordinário. É o caso da ação declaratória de nulidade de casamento contraído perante autoridade incompetente (art. 208, do CC). Podem propô-la os cônjuges (legitimados ordinários), o Ministério Público e qualquer interessado, sem nenhuma ordem de preferência entre eles."

f) Legitimação extraordinária autônoma concorrente subsidiária, que se faz presente "quando o legitimado extraordinário só pode agir se o ordinário deixar de fazê-lo em certo prazo. Exemplo disso é a ação de responsabilidade civil contra os administradores pelo prejuízo causado à sociedade por ações (art. 159, § 3º, da Lei n. 6.404/76). A ação compete à sociedade, mas, caso não o faça dentro de três meses contados da deliberação da Assembléia Geral, qualquer acionista poderá fazê-lo, no interesse da pessoa jurídica. Também é o caso da ação revocatória, que qualquer credor poderá propor se houver omissão do síndico da falência (art. 55, do Dec-lei n. 7.661/45)."¹³

O aprofundado estudo da classificação apresentada por José Carlos Barbosa Moreira, feito por Edson Ferreira da Silva, conforme

¹³ As partes que se encontram aspeadas revelam que se respeitaram, na íntegra, as razões apresentadas pelo autor citado.



demonstrado, revela a repercussão que a entidade substituição processual está tendo no seio da ciência processual. É patente a exigência do alargamento do seu conceito no sentido de serem aprimoradas a eficácia e a efetividade das normas positivas que a regem.

Não passou despercebida a Francisco Barras Dias¹⁴ a divergência já existente na doutrina sobre a tentativa de se classificarem as várias espécies da legitimação extraordinária. Dou-lhe lugar para registrar parte do que disse a respeito, após comentários sobre o assunto:

"Uma outra classificação é proposta por Donaldo Armelim, em obra aqui referida¹⁵, onde propõe a divisão sob quatro ângulos:

a) casos de legitimidade extraordinária outorgada em função da predominância do interesse público sobre o particular, máxime no que tange a direitos indisponíveis;

b) casos de legitimidade extraordinária atribuída em decorrência de comunhão de direitos ou conexão de interesses onde coexistem legitimidade ordinária e extraordinária;

c) casos em que, em decorrência de vinculação, em função do direito questionado, atribui-se tal legitimidade tanto ao legitimado ordinariamente como ao legitimado extraordinariamente;

d) casos em que se outorga a legitimidade extraordinária a um terceiro, em decorrência de uma situação jurídica por este ocupada, que lhe impõe, direta ou indiretamente, deveres de guarda e conservação de direitos alheios' (p. 122)."

Prossegue:

No primeiro caso, temos como exemplo o Ministério Público, quando atua em Juízo para defender direito a que não lhe

¹⁴ *In artigo já citado.*

¹⁵ A obra a que se refere Francisco Barros Dias é *Legitimidade para agir no Direito Processual Civil*, de Donaldo Armelim, Ed. Saraiva, 1º vol., 11ª ed., 1984.



concerne, como se dá na ação de nulidade de casamento contraído perante autoridade incompetente, como se infere do art. 208, parágrafo único, do CC. Ainda, na ação popular, onde a atual CF, no art. 5º, inc. LXXIII, e a Lei n. 4.717/65, art. 1º, asseguram o direito a qualquer cidadão de, através de tal remédio, anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Resta patente que o interesse público é a mola propulsora para que a legitimação anômala seja contida na forma autorizada por lei e pela Constituição.

Examinando a segunda categoria proposta por Donaldo Armelim, diz:

Na segunda espécie, temos as hipóteses do condômino que reivindica a coisa em condomínio, como inscreve o art. 623, inc. II, da Lei Material. Temos mais a faculdade oferecida pelo art. 286, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que trata das sociedades por ações, ao acionista, para propor ação anulatória de assembléia da sociedade que tiver sido irregularmente convocada ou esteja eivada de defeito previsto em lei. A comunhão de direitos é que obrigou a lei, de forma extraordinária, a erigir uma legitimação para a causa.

Tratando da terceira espécie classificatória da proposta supra, assim se pronuncia:

A terceira categoria pode ser exemplificada com o art. 43, *caput*, do CPC, quando assegura a permanência do litigante no feito, na hipótese de vir a alienar a coisa litigiosa no decorrer do processo. Aqui, abre-se um parêntese para uma explicação que se faz necessária. É que, embora o Capítulo IV, do Título III, do Livro I, do Código, que vai do art. 41 ao 45, refira-se à substituição das partes e dos procuradores, as hipóteses ali mencionadas são, na realidade, de sucessão processual, e não do instituto típico da substituição processual, com exceção, evidentemente, do art. 42, *caput*. A assertiva se embasa no fato de que, naqueles dispositivos, sempre está presente a vontade da parte ou do procurador, o que não se compatibiliza com a legitimação extraordinária, que só pode ocorrer quando expressamente autorizada por lei, vedada, assim, a possibilidade de convenção particular para o ingresso em Juízo de alguém, defendendo direito de outrem. A afirmativa encontra apoio em José Frederico Marques, José Carlos Barbosa Moreira e Arruda Alvim, *apud* Ephraim de Campos, *ob. cit.*, p. 38, ao explicar:

'A substituição processual nada tem que ver com a 'substituição das partes' referida nos arts. 41 e ss., do CPC, pois esta última hipótese é de sucessão no processo'.

Depois acrescenta:

'O sucessor atua em nome próprio, por um direito que lhe é próprio, o qual foi adquirido durante a pendência do processo: ingressa na relação processual como sujeito da relação jurídica de que se tornou titular. Na substituição, o substituto sempre atua na defesa de direito alheio, embora em nome próprio.' (cit. p. 39).

Por último, dedica-se a analisar a quarta modalidade classificatória apresentada por Donaldo Armelim, do modo seguinte:

Feita essa digressão, vejamos a quarta categoria, que tem como exemplo a defesa dos bens dotais pelo marido, na forma do art. 289, III, do CC, com a ressalva antes registrada, e por último, a legitimidade garantida pelo art. 527, do Código Comercial, ao autorizar o capitão de navio, na falta de pagamento de frete, de avarias grossas e despesas a cargo do proprietário da mercadoria transportada, a ajuizar ação de arresto dos bens, sem ser o proprietário do navio, nem credor do frete.

Verifica-se, em consequência do que se acabou de analisar, que, entre a classificação defendida por Barbosa Moreira e a de Donaldo Armelim, há pontos incoincidentes que exigem estudos comparativos especificados para a formação de uma melhor posição.

Outra conclusão a que se chega, em face do revelado nas classificações acima discutidas, é que há lugar para se aceitar, com arcabouço científico, a opinião dos doutrinadores alemães de que o substituto assume, em relação à lide, uma posição processual permitida por lei. Realmente, a legitimação acobertada pela segunda parte do art. 6º, do CPC, é para a causa, somente para a causa, isto é, insere-se, exclusivamente, no círculo da titularidade do direito de ação. Nada mais. Não se confunde com a capacidade para vir a Juízo (*legitimatio ad processum*), que é pressuposto processual.

Uma visão superficial histórica do instituto, nesta oportunidade, ajuda a esclarecer alguma dúvida que porventura se tenha a respeito do conceito de substituição processual. A doutrina menciona que os primeiros contornos de sua caracterização foram apresentados pelos processualistas alemães, para, logo em seguida, encontrar acolhimento fácil no sistema italiano. Não obstante a substituição processual ter sido, originariamente, concebida por Kohler, no campo do direito material, ao estudar o usufruto, foi, logo em seguida, trasladada para o direito processual, nos últimos decênios do Século XIX, por iniciativa de Hellwig, que "realçou os contornos existentes no direito de conduzir o processo por parte de quem não fosse o titular do direito subjetivo material", conforme revelação que nos faz Mário Aguiar Moura¹⁶, ao sintetizar pesquisa que fez a respeito nos autores e obras que cita e que são: Giuseppe Chiovenda, *Instituições de Direito Processual Civil*, tradução de J. Guimarães Menegale, Saraiva, 1965, vol. II, p. 252; Piero Calamandrei, *Instituciones de Derecho Procesal Civil*, tradução espanhola de Santiago Sentis Melendo, Ed. Europa-América, vol. II, p. 381; Pedro Batista Mendes, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. III, Tomo 2º, 2ª ed., Forense, 1960, p. 259; José Frederico Marques, *Instituições de Direito Processual Civil*, 1ª ed., Forense, 1958, vol. II, p. 225; Moacyr Amaral Santos, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, 5ª ed., Saraiva, 1978, 1º vol., p. 289.

O instituto da substituição processual só veio a se afirmar definitivamente nos primeiros anos do Século XX, graças à posição adotada por Giuseppe Chiovenda, em sua obra *Principii*, § 36, por tê-lo conceituado, dado a sua titulação e desenvolvido a sua fisionomia. Esse dado histórico é noticiado não só por Mário Aguiar Moura, no trabalho de sua autoria já mencionado, como também pela maioria dos autores que cuidam de analisar os antecedentes da substituição processual.

¹⁶ No verbete *Substituição Processual*, in *Digesto do Processo*, Ed. Forense, vol. 5, p. 257.



A partir da fixação das linhas mestras de sua configuração pela doutrina italiana, não demorou a ser elevado à categoria de direito legislado. Passou, portanto, a se integrar entre os demais institutos albergados pelo direito positivo processual, com destaque no Código de Processo Civil Italiano publicado em 28-10-40 e com vigência iniciada em 21-4-42, em seu art. 81:

"Afora os casos previstos expressamente na lei, ninguém pode pleitear em seu nome direito alheio."

No sistema codificado brasileiro, só veio a ser agasalhado no atual Diploma Processual Civil, vigente desde 1-1-74 (Lei n. 5.869, de 11-1-73 e posteriores modificações), na redação do art. 6º, parte final:

"Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei."

A análise detalhada das expressões contidas no referido artigo mostra que ficou esclarecido de modo potencializado o princípio da legitimidade processual contido no art. 3º, do CPC, segundo o qual:

"Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade."

Certo é que se tem, de modo generalizado, a afirmação do princípio de que somente o titular do direito tem condições de demandar acerca dos efeitos que lhe produzem, salvo, conforme passou a dispor a parte final do art. 6º, do CPC, nos casos especiais expressos em lei. Esta exceção não atinge, de modo profundo, o princípio geral por último enunciado, tendo em vista que este, conforme mostra a doutrina, é o que melhor reflete a democratização do processo por deixar a cada sujeito do direito subjetivo material que lhe envolve a iniciativa de, quando esse direito for violado, reivindicar em Juízo a restauração de sua integridade. Por dever ser livre a ação de litigar, em homenagem à liberdade

concedida à parte para agir, o Juízo da conveniência de instaurar o litígio e o momento de fazê-lo devem ser, em regra, entregues ao respectivo titular do direito.

Com rigorosa visão contemporânea de como devem funcionar as entidades que compõem o sistema processual da atualidade, afirmou, a respeito, Celso Agrícola Barbi¹⁷:

Teoricamente, pode-se admitir um sistema em que, como regra geral, qualquer pessoa possa vir a Juízo reclamar direito de outrem, apesar de, pessoalmente, não ter interesse algum nesse direito, mas, mesmo nos Países socialistas, em que o princípio individualista deixou de prevalecer, a regra geral ainda é a firmada em nosso País, se bem que as exceções sejam mais numerosas¹⁸.

Além de outros aspectos que hoje se fazem presentes para se justificar o alargamento da aplicação da substituição processual, como o surgimento de uma convivência entre os homens de forma massificada e a pressão exercida pelas transformações tecnológicas que afastam o prestígio da atuação individual em determinados setores, não se pode deixar de se enxergar que, em todos os casos de substituição processual permitido pela lei, há a fermentação de um interesse conexo da parte processual que está em Juízo com o da parte que tem o seu direito material protegido por ação de outrem, conforme identificou, com absoluta precisão, Humberto Theodoro Júnior¹⁹.

A caracterização desse liame está visível no já citado art. 6º, do CPC, por impor a restrição de só ser admitida a substituição processual quando a própria lei reconhecer ao terceiro uma condição especial para buscar direito que não lhe pertence e que será entregue, exclusivamente, a outrem que é o seu titular.

¹⁷ Na sua obra *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, Tomo I. p. 116, Forense.

¹⁸ Conforme denuncia Celso Agrícola Barbi, ao expor o pensamento agora destacado, valeu-se do que está contido na obra *Derecho Procesal Civil Soviético*, pp. 81 e ss., da autoria de M. A. Gurvich e outros, tradução mexicana, México, 1971.

¹⁹ Na sua obra *Processo de Conhecimento*, p. 83, Forense.



A substituição processual evolui, no momento, para se afirmar como um instrumento hábil a atender, com cunho satisfatório e de efetividade, às reivindicações que são feitas ao Poder Judiciário por componentes de um determinado estamento social ou do grupo em sua universalidade.

É uma entidade processual que, se adequadamente aperfeiçoada, exercerá, no futuro, papel de relevo na diminuição da crise hoje vivida pela dificuldade do acesso do cidadão à Justiça e, conseqüentemente, contribuirá para tornar mais respeitável a atuação do Poder Judiciário na democracia que nos espera no Século XXI.

Pregam os cientistas sociais com muita propriedade que, em um futuro bem próximo, entre o final do século atual e o início do próximo, a sociedade exigirá a criação de mecanismos a serem utilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que resolvam, eficazmente, os conflitos individuais e coletivos que se avolumam, dia a dia, na convivência do homem em sociedade.

A ciência jurídica processual, antecipando-se a tais reivindicações, já identifica, na atualidade, a efervescência desse movimento social. Por essa razão, justifica-se a evolução que o conceito desse instituto "substituição processual" está tomando, no sentido de se fazer com que ela alcance, cada vez mais, as situações exigidas pela era contemporânea, que revelam novas relações amparadas pelo direito e surgidas da convivência do homem entre si, da convivência do homem com o estado de conduta massificada que se lhe está impondo e da convivência do homem com as transformações impostas pelo progresso da ciência e com as tentativas de domínio sobre a natureza.

É um movimento que toma curso longo e de caráter inafastável no âmbito do direito processual. Tudo em face da influência exercida, também, pelos novos tipos de associações formadas pelas pessoas com o intuito de protegerem direitos difusos ou coletivos.



Há de se reconhecer, com inteira humildade, que a ativação do instituto em análise decorre do fato de que muitos dos esquemas hoje existentes, na ciência processual, para garantir a aplicação do direito material, estão superados, em razão do cunho individualista que possuem e que se tornam presentes quando em atividade. A sociedade está exigindo, em caráter de urgência, a acolhida pelo legislador de meios processuais mais eficientes e de maior dose de eficácia e de efetividade, sublimados pela rapidez e pelo informalismo, que atuem como real garantia da entrega da prestação jurisdicional, quando solicitada ao Estado, especialmente nos casos dos direitos difusos e coletivos.

O Professor José Carlos Barbosa Moreira profetizou o surgimento dessas novas manifestações das massas e da necessidade do direito processual se preparar para acudir aos seus reclamos, urgentemente, com a adoção de entidades processuais ágeis e que satisfaçam, pelos mecanismos adotados, de modo imediato, aos interesses jurídicos aqui revelados. A lição sempre primorosa desse renomado estudioso do direito, especialmente do direito processual, está assim posta²⁰:

A herança individualista marca ainda hoje os instrumentos com que costumamos operar. Mas bem se vê - e dia a dia com maior clareza - que esta não cobre toda a realidade. À sua imagem agita-se e reivindica atenção crescente outro corte, a que se vai aplicando a denominação, possivelmente imprecisa, de 'coletivos'.

Com ela se designam interesses que não pertencem a uma pessoa, e nem mesmo a um grupo definido de pessoas, ao contrário do que se dá em figuras clássicas como a do condomínio ou a da pluralidade de credores numa única obrigação. Em vez disso, o que se depara é uma série indeterminada - e, ao menos do ponto de vista prático, interminável - de interessados, sem que se possa discernir idealmente, onde acaba a 'quota' de um e onde começa a de outro. o que hoje acontece, em toda parte, com os interesses relacionados com a defesa do meio ambiente;

²⁰ Trabalho intitulado "A Proteção Jurídica dos Interesses Coletivos", publicado in *Temas de Direito Processual*, 3ª Série, Saraiva, 1984, pp. 173 e 174, do autor.



proteção da flora e da fauna, preservação do equilíbrio ecológico, tutela da paisagem, combate à poluição nas suas diversificadas formas, racionalização do desenvolvimento urbanístico, e assim por diante.

A perspicácia de Ada Pellegrini Grinover, na mesma época, em 1984, se fez presente sobre o tema, ao doutrinar:

Reconhecer a existência dos interesses difusos, pretender sua tutelabilidade e, ainda, criar o instrumental necessário à sua efetiva proteção significa, evidentemente, acolher novas formas de participação, como instrumento de racionalização do poder²¹.

De igual modo se pronunciou o Juiz Lázaro Guimarães, do TRF-5ª Região, ao escrever sobre as ações coletivas:

Ao lado dos ritos tradicionais, impenetráveis para os que não conhecem os meandros do poder ou não têm recursos para suportar os custos de um litígio, surgem as ações coletivas, para as quais estão legitimados o Ministério Público ou os órgãos de intermediação da sociedade, cujos diversos grupos passam a contar com instrumentos mais ágeis, econômicos e de eficácia abrangente.

A legitimação social, o poder de defender em Juízo os interesses gerais, cabia somente ao Ministério Público, na ação penal, ou nas ações civis em que atuava interesses públicos, e ao cidadão, na defesa do patrimônio público, em ação popular. A ação civil pública, o mandado de segurança coletivo, as ações previstas no Código de Defesa do Consumidor e aquelas movidas pelos sindicatos ou associações em defesa dos interesses de seus associados, com base no permissivo do art. 5º, XXI, CF, deram não só uma nova dimensão à figura da substituição processual, mas, e principalmente, tornaram o Judiciário menos distante da maioria da população²².

Esta realidade vivida no momento há de ser concebida como mensagem enviada pelos movimentos das massas que se preparam para

²¹ Em *A Tutela dos Interesses Difusos*, Série - Estudos Jurídicos 1, Max Limonad, 1984, p. 32. Observação: as citações ora feitas do pensamento de Barbosa Moreira e de Ada Pellegrini foram registradas, também, por Francisco Barras Dias, no trabalho já mencionado sobre substituição processual.

²² Trecho contido em monografia do autor intitulada *As Ações Coletivas e as Liminares contra Atos do Poder Público*, editada por Panorama Gráfica e Editora Ltda., 1992, pp. 15 e 16.



o desenvolvimento de suas atividades numa democracia para o Século XXI, democracia esta que deve se apresentar com fundamentos e regras não fictícias e capazes de protegerem, realmente, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, valores tão violentamente afrontados na atualidade.

3. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E REPRESENTAÇÃO, TRAÇOS DISTINTIVOS

A singularidade das características componentes da substituição processual não evita, contudo, que ela se confunda, em algumas oportunidades, com outras entidades de direito processual.

É sempre prudente, quando essa possibilidade se apresenta, se insistir na divulgação dos traços distintivos entre os institutos que podem ensejar confusão, a fim de se tornarem cada vez mais conhecidos os traços formadores da substituição processual.

Entre a representação processual e a substituição processual há linhas que demarcam, com absoluta clareza, a diferenciação existente entre ambas. Enquanto na representação há a atuação do representante em nome do representado, de modo diferente ocorre na substituição processual, onde o titular da ação atua mediante autorização legal, agindo em nome próprio, na defesa de direito alheio, e que, em algumas oportunidades, o faz até mesmo contra a vontade do substituído. Cedo lugar para citar o que a respeito escreveu Francisco Barros Dias, no artigo já citado²³:

Representação - embora o representante e o substituto ajam por iniciativa exclusiva e muitas vezes contra a vontade ou interesse do substituído ou do representado, o que realmente distingue um do outro é que o "representante atua em nome alheio e não em nome próprio", conforme ensina Ephraim de Campos, adicionando que:

²³ Ver *Substituição Processual. Algumas Hipóteses da Nova Constituição*, artigo do autor que já foi mencionado.



Enquanto o representante defende, em Juízo, um direito de outrem em nome de outrem (ou seja, um direito do representado, em nome do representado), no interesse do representado, o substituto processual defende, em Juízo, um direito de outrem, em nome próprio (ou seja, um direito do substituído, em nome do substituto) e por interesse próprio²⁴.

Edson Ferreira da Silva²⁵ fixa os seguintes pontos diferenciadores dos dois institutos:

Na representação, a parte processual é o representado, que suporta os riscos e as consequências de eventual sucumbência. Na substituição, parte é o substituto (legitimado extraordinário), não respondendo o substituído pelas despesas do processo. Os efeitos da coisa julgada alcançam exclusivamente o representado e tanto o substituído quanto o substituto, como desenvolveremos mais adiante²⁶.

A diferenciação apreciada se apresenta nítida no campo do direito legislado. O Código de Processo Civil, ao cuidar da representação processual, o faz de modo explícito nos arts. 8º, 12, 13, 301, 9º, parágrafo único, e 36.

A substituição processual como espécie de legitimação extraordinária é tratada, de modo genérico, unicamente, na segunda parte, do art. 6º, do CPC.

O art. 8º, permite que os incapazes sejam representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da Lei Civil. O art. 12 especifica quem deve representar em Juízo, ativa e passivamente, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, a massa falida, a herança jacente ou vacante, o espólio, as pessoas

²⁴ Ver trabalho *Substituição Processual. Algumas Hipóteses na Nova Constituição Federal*, da autoria de Francisco Barros Dias, p. 186, *Revista do Curso de Direito*, da universidade de Uberlândia, vol. 18, ns. 1 e 2, dez. 1989, há várias vezes citado.

Esclareço que a lição de Ephraim de Campos referida está na monografia de sua autoria *Substituição Processual*, RT, São Paulo, 1985, p. 38, conforme referência feita pelo autor que se cita.

²⁵ *In Da Legitimação Extraordinária*, inclusive na Constituição de 1988, publicado em local já citado.

²⁶ Ver p. 82, *Revista de Processo*, n. 64, Ed. RT.



jurídicas, as sociedades sem personalidade jurídica, a pessoa jurídica estrangeira e o condomínio. O art. 13 regula a maneira de ser sanado qualquer defeito que se faça presente na representação processual das partes.

O art. 301, VIII, outorga competência ao réu para, na contestação, antes de discutir o mérito da causa, alegar qualquer defeito de representação da parte. O art. 9º, seus incisos e parágrafo único determinam que curador especial dado pelo Juiz representará, em Juízo, o incapaz que não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele; o réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa. Por fim o art. 36 especifica que a parte será representada em Juízo por advogado legalmente habilitado.

Há, como visto, delimitações próprias postas na lei para a representação processual. Em nenhum momento, tais contornos se aproximam da segunda parte do art. 6º, do CPC, por não se conceder que o representante atue em nome próprio buscando direito alheio. Ele se apresenta, sempre, no processo em nome do representado.

4. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E SUCESSÃO PROCESSUAL

A sucessão processual se encontra disciplinada nos arts. 41 a 43, do CPC. Tratam, também, de modo direto ou indireto, dela os arts. 264, 267, IX, 352, parágrafo único, 487, 567, I, 568, II, 592 e 1.055 a 1.062, tudo do CPC.

Os traços abaixo alinhados distinguem, de modo nítido, os dois institutos. Eí-los:

a) a sucessão processual compreende, exclusivamente, a substituição das partes no processo, enquanto, na substituição processual propriamente dita, não há lugar para se falar em modificação dos sujeitos ativos e passivos da relação jurídica processual por se estar em Juízo em nome próprio e apenas na defesa do direito de outrem;

b) a sucessão processual ocorre quando o processo está em curso, enquanto a substituição processual se cristaliza, desde logo, na inauguração da relação processual;

c) a causa da sucessão processual é a ocorrência de qualquer modificação subjetiva na relação jurídica de direito material, por ato voluntário *inter vivos* ou por causa *mortis*, com reflexos diretos na continuidade da presença dos sujeitos processuais que iniciaram a relação jurídica formal; na substituição processual não há a ocorrência desse fenômeno;

d) com a sucessão processual ocorre, imediatamente, a substituição do titular originário da relação jurídica formal pelo novo sujeito que assume o feito na situação em que o mesmo se encontrar, turbulência esta irrealizável na pura substituição processual.

5. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E LITISCONSORTE. CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS

A diferenciação existente entre os dois institutos é marcante. O litisconsorte tem por função permitir cumulação subjetiva de ações, permitindo que o Juiz expeça sentença de igual efeito para todos. O litisconsorte defende, também, direito próprio, nunca de outrem. Caminho diferente ocorre na substituição processual. O direito defendido é de outrem. Em nada irá beneficiar o substituto.

É inquestionável a incompatibilidade existente entre os dois institutos analisados. No litisconsórcio, cada sujeito está no processo perseguindo um só direito ou interesse, sem que qualquer litisconsorte substitua outro. A atuação de cada litisconsorte é individual no tocante ao direito material, sendo parte tanto no sentido formal como no substancial.

6. A PREVISÃO LEGAL DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

Em trabalho de minha autoria²⁷, escrito antes da Constituição Federal atual, apresentei, com base no ordenamento jurídico então vigente, um rol das substituições autorizadas. Com algumas modificações, repito agora o que disse naquela oportunidade, por entender que quase nada mudou.

As manifestações doutrinárias identificam várias situações previstas em lei que consideram caracterizadoras de substituição processual. A enumeração das mesmas e a sua análise demonstram a elevada ascensão que esse fenômeno processual alcança na atualidade e a eficácia produzida para a solução das controvérsias apresentadas em Juízo.

Em primeiro ângulo, sigo a enunciação feita por Moacyr Amaral Santos²⁸, onde destaca os seguintes casos de substituição processual:

a) da atuação do marido, na defesa dos direitos referentes aos bens dotais da mulher (CC, art. 289, III);

b) a atividade do denunciado à lide, que, comparecendo em Juízo à Instância do denunciante, "possa agir na defesa do direito deste" (CPC, arts. 70, I e 74)²⁹;

²⁷ *Aspectos Controvertidos da Substituição Processual*, in *Revista Forense*, vol. 298, pp. 61 e ss.

²⁸ Na obra *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, 7ª ed., São Paulo. 1980, vol. I.

²⁹ Para Francisco Barros Dias, essa situação é controvertida. Dou-lhe o lugar: "há autores que mencionam a denunciação à lide do alienante (art. 70, I, CPC), como sendo caso de substituição processual, dentre eles José Frederico Marques (*Manual de Direito Processual Civil*, vol. I, Saraiva, 4ª ed., p. 252) e José Augusto Delgado, Juiz Federal no Rio Grande do Norte, em trabalho de grande prestígio - *Aspectos Controvertidos da Substituição Processual*. Separata, RF, vol. 298, p. 62". Em que pese a autoridade dos mestres, estamos com a doutrina de Ephraim de Campos, quando afirma que "embora a hipótese seja caso de legitimação extraordinária (enquanto atua o denunciado-alienante ao lado do denunciante), não é caso de substituição processual, pois o adquirente (denunciante) está presente no processo como litisconsorte (como parte) (*ob. cit.* p. 51)" (*In Substituição Processual. Algumas Hipóteses da Nova Constituição*, publicado na revista já mencionada anteriormente).



c) a ação do capitão do navio que, na defesa dos interesses do proprietário do navio, requer o arresto de mercadorias da carga, visando assegurar o pagamento do frete (Código Comercial, art. 277);

d) o agir do gestor de negócios, em defesa dos direitos do gerido (CC, art. 1.331)³⁰;

e) o atuar do Ministério Público, em nome próprio, na defesa dos interesses de ausentes; e

f) o do cidadão proponente de ação popular, na defesa dos interesses da coletividade.

Há, ainda, em nosso ordenamento jurídico positivo, outros casos de substituição processual. Eí-los:

a) o do art. 3º, da Lei de Mandado de Segurança, que permite ao titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente;

b) o previsto no art. 24, da Lei n. 818, de 18-9-49, que regula a aquisição, a perda e a aquisição da nacionalização, e a perda dos direitos políticos, ao permitir que o processo para cancelamento da naturalização possa ser iniciado mediante solicitação do Ministério da Justiça ou representação de qualquer pessoa;

c) o registrado no art. 35, da Lei n. 818, de 1949, já identificada, que autoriza ao Ministério Público Federal ou a qualquer

³⁰ A prestação jurisdicional pedida pelo gestor de negócio não é tratada, de modo pacífico, pela doutrina como sendo caso de substituição processual. Não tenho dúvida em aceitar com tal configuração processual, haja vista que os argumentos apresentados pela corrente contrária se situam na natureza jurídica do instituto, logicamente, com base no direito material. O que deve ser visualizado é a relação jurídica de direito formal que se estabelece entre o gestor de negócio e a parte contrária, em defesa dos direitos do gerido. Pouco importa o resultado a ser alcançado e a aprovação ou não pelo gerido.



cidadão promover ação para declarar a nulidade de ato de naturalização, quando ficar provado que foi obtido por meio de falsidade ideológica ou material de qualquer dos documentos exigidos para a sua aquisição;

d) o previsto no CC, art. 208, parágrafo único, II, que consente ao Ministério Público promover a declaração de nulidade, dentro de dois anos, a contar da celebração de casamento contraído perante autoridade incompetente, salvo se já houver falecido algum dos cônjuges;

e) a possibilidade de qualquer dos co-herdeiros reclamar a universalidade da herança ao terceiro que indevidamente a possua (art. 1.580, parágrafo único, do CC);

f) a função que exerce o marido com a colaboração da mulher, como chefe da sociedade conjugal, de substituto processual legal da família na defesa dos bens comuns e dos particulares da mulher (art. 233, CC);

g) a legitimação do Ministério Público para propor ação civil indenizatória em favor da vítima do crime quando a mesma for pobre;

h) o agir do Ministério Público para conseguir a especialização de hipoteca legal para garantir direito de incapaz;

i) a presença do Ministério Público no processo, na defesa do revel citado por edital ou com hora certa, quando for o caso (curadoria de ausentes);

j) a possibilidade de qualquer condômino reivindicar a coisa comum em poder de terceiros, conforme autorização contida no art. 623, II, CC;

l) a condição processual dada a qualquer acionista de promover a anulação de assembléia de sociedade anônima que decida em

prejuízo dos interesses da sociedade ou dos sócios, na forma do art. 286, da Lei n. 6.404/76;

m) a legitimação processual outorgada aos credores para promoverem ação revocatória, quando, no prazo de 30 dias, o síndico não o faz, em benefício da massa (art. 55, da Lei de Falências).

Na doutrina, há autores que identificam, ainda, como expressões pacíficas de substituição processual, outras situações, como, por exemplo, a cobrança pelo IAPAS, através do executivo fiscal, das dívidas para com o FGTS e a defesa que a OAB faz dos interesses gerais da classe dos advogados com relação ao exercício da profissão.

A casuística da substituição processual não se esgota nas espécies contidas na listagem acima apresentada. As manifestações Jurisprudenciais, de vez em quando, estão identificando, no interior de legislações voltadas para assuntos especiais, a presença desse instituto, o que denota a sua aceitação crescente no âmbito do direito processual.

7. ALGUMAS CONTROVÉRSIAS EXISTENTES NA DOUTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

É natural que a respeito da caracterização da substituição processual se apresente controvertido na doutrina e na jurisprudência o papel desempenhado por determinados tipos de ação. Isso revela o aperfeiçoamento que se busca para o referido instituto e a contribuição que ele oferece para melhorar o acesso do cidadão à Justiça. Em consequência, nos deparamos, a cada hora, com determinadas relações jurídicas processuais que, para alguns, são consideradas como sendo substituição processual, enquanto outros não a aceitam com essa configuração. O passo seguinte é o exame de algumas dessas controvérsias.

7.1. A POSIÇÃO DO SUJEITO ATIVO NA AÇÃO POPULAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL



É sabido que, na ação popular, se considera legitimado para propô-la, nas hipóteses previstas na legislação específica, qualquer "cidadão", isto é, qualquer pessoa que possua a condição de eleitor.

Ao meu pensar, não se tem, na espécie destacada, um simples caso de legitimação ordinária, onde alguém comparece em Juízo para defender direito subjetivo que lhe pertence.

A hipótese contém ingredientes que permitem o agasalhamento no âmbito da legitimação extraordinária. O que se outorga ao cidadão é a possibilidade de, em seu nome, defender os direitos de toda uma coletividade afrontada pela prática de ato lesivo ao patrimônio de pessoa jurídica de direito público ou entidades paraestatais.

Essa linha de pensamento está defendida nos trabalhos de Seabra Fagundes (*Revista Forense* 164/17 e 19); Nelson Carneiro (*Revista Forense* 136/36 a 52); Galeno Lacerda (*Remédios Processuais do Administrado contra a Administração Pública, in Revista de Direito Processual Civil*, 1960, 22/33); José Frederico Marques (*Manual de Direito Processual Civil*, Saraiva, 1974, vol. I, p. 250); Moacyr Amaral Santos (*Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Saraiva, 1977, vol. I, p. 296).

Não obstante o prestígio das afirmações dos doutrinadores citados, merece consideração o que a respeito do tema escreveu Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, no trabalho *Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos e Difusos*³¹. Nessa ocasião, o mencionado autor lembra que Lívio Paladim, mestre do Direito Italiano, *in Novíssimo Digesto Italiano*, vol. III, pp. 88 a 93, insurgiu-se contra a tipificação da parte ativa em ação popular como sendo substituto processual, por defender que ela deva ser considerada titular, também, do próprio direito que faz valer em Juízo.

³¹ In *Revista de Processo*, RT, vol. n. 33, ano 9, 1984, p. 19.



Essa posição colheu, entre nós, outros adeptos, a exemplo de José Afonso da Silva³², que, ao manifestar a sua opinião, o fez afirmando que o autor popular exerce, por si mesmo, um direito político de vigilância sobre a gestão do patrimônio público, direito esse reconhecido no dispositivo constitucional que expressa o princípio de que "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido."

Consideráveis são os argumentos da corrente que não aceita como substituto processual o autor da ação popular. Penso, contudo, que a melhor identificação é a em sentido contrário, haja vista os efeitos decorrentes da sentença quando tem como procedente a ação.

7.2. O SÍNDICO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL

Há uma forte corrente defendendo que o síndico, sob a proteção do art. 62, parte final, do CPC, pode propor ação em nome dos condôminos. O debate se prolonga com a imposição do pensamento daqueles que pensam diferentemente, sob o argumento de que o síndico não tem essa legitimidade concedida por lei, não podendo, assim, como substituto processual, defender direito alheio em seu próprio nome. A ausência de lei autorizativa torna frágil a posição daqueles que entendem haver uma substituição processual.

Não confundir, porém, a situação em que o síndico, devidamente autorizado pela Assembléia Geral, promove ação em nome dos condôminos. Atua, no caso, não como substituto processual, porém, o faz na qualidade de representante da entidade colegiada.

7.3. A TUTELA JURISDICIONAL DOS INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS

As dificuldades encontradas, no período anterior à Constituição Federal de 1988, para a configuração do legitimado para agir na busca da

³² *In Ação Popular Constitucional*, pp. 192-196.

tutela jurisdicional dos interesses coletivos e difusos, foram superadas, ao meu entender, com a nova Carta Magna. Nesta está estabelecido no art. 5º alguns casos de legitimação extraordinária, como, por exemplo, o das entidades associativas, quando expressamente autorizadas, terem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente; o dos partidos políticos, com representação no Congresso Nacional, poderem impetrar mandado de segurança coletivo; o das organizações sindicais e das entidades de classe legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, poderem impetrar mandado de segurança em defesa dos seus membros ou associados; o de qualquer cidadão ser parte legítima para propor ação popular.

Discute-se, também, se é caso de legitimação extraordinária ou não o contido no art. 8º, 111, da CF, que dita caber ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, bem como o disposto do art. 129, incs. III, IV e V, da CF, que afirma competir ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, e defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Os referidos dispositivos estão sendo trabalhados com intensidade pela doutrina e pela jurisprudência, onde são buscados fundamentos para a identificação da entidade processual que representam.

Tormentosa se torna a questão, por exemplo, com relação ao Ministério Público, por ora atuar como fiscal da lei, ora como parte. As altas indagações feitas a respeito, com destaque para as dúvidas

levantadas por Rodolfo de Camarço Mancuso³³, merecem análise aprofundada em trabalho específico. O planejamento estabelecido para o presente artigo não permite um maior alongamento em referência a esse tema. Deixo, apenas, aberta a possibilidade do debate e da investigação sobre o assunto. Do mesmo modo se diga da posição dos partidos políticos, dos sindicatos e das associações de classe. As manifestações jurisprudenciais que a seguir serão conhecidas revelam a não existência de convergência sobre a interpretação que está sendo dada a essas novas entidades processuais.

7.4. OUTROS PONTOS CONTROVERTIDOS

Outros pontos controvertidos são destacados pela doutrina e pela jurisprudência no tocante à caracterização ou não de um fenômeno como substituição processual, como, também, quanto aos efeitos decorrentes de sua aplicação.

Tenha-se em consideração que a substituição processual voluntária não existe no Direito Brasileiro. Arruda Alvim faz essa advertência com a lição que transcrevo:

O Direito Brasileiro, à semelhança do Direito Italiano vigente, enquanto tenha acolhido o instituto da substituição processual, o fez negativamente, de forma a que a ocorrência efetiva da substituição será sempre excepcional só nos casos em que a lei expressamente o admita. Conseqüentemente, advertamos liminarmente, há que se afastar a idéia da chamada substituição processual voluntária³⁴.

A posição de não se aceitar a substituição voluntária existente entre nós não é seguida pela Alemanha e pelo Japão. Estes Países acolhem a possibilidade da substituição processual voluntária, ao admitirem que o titular de um direito substancial transfira a um terceiro o

³³ Ver do autor *Ação Civil Pública*, Ed. RT, 1989, especialmente nas pp. 70 e 71, onde ele enfoca, com absoluta precisão, o questionamento relativo ao Ministério Público atuando, momento como legitimado ordinário, momento como legitimado extraordinário.

³⁴ *In Código de Processo Civil Comentado*, vol. I, São Paulo, RT, 1975, n. 3, p. 426.



poder de agir em Juízo para a tutela daquele direito. Assim, nos Países referidos, uma associação pode receber dos seus membros a autorização para intentar ação em defesa de seus interesses, mesmo que a lei não o permita. Ver, a respeito, Mauro Cappelletti, traduzido por Nelson Renato Polaia Ribeiro de Campos, no trabalho "Formações Sociais e Interesses Coletivos diante da Justiça Civil"³⁵.

Outro assunto com inúmeras divergências é o que diz respeito à possibilidade do substituto processual desistir da ação intentada. De um lado, há os que entendem que não poderá desistir da ação quem não é parte formal, no processo, a exemplificar o afirmado por Waldemar Mariz de Oliveira Júnior³⁶.

Do outro lado, há Antônio Carlos Araújo Cintra defendendo tese contrária, conforme se verifica no trabalho publicado na *Revista dos Tribunais*, n. 438, abril de 1972, p. 30, sob o título "Estudo sobre a Substituição Processual no Direito Brasileiro." Arruda Alvim, por sua vez, ensina que o substituto processual possui amplos poderes no processo, só não podendo dispor do direito material, uma vez que este não é seu, mas sim do substituído³⁷.

8. ALGUMAS MANIFESTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SOBRE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

8.1. A RECENTE POSIÇÃO ASSUMIDA PELO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Esta Corte, em decisão tomada em 28 de abril deste ano, interpretando o art. 82, III, da CF de 1988, e outros dispositivos infra-constitucionais que autorizam a atuação dos sindicatos como substituto processual, baixou a Súmula n. 310, do teor seguinte:

³⁵ In *Revista de Processo*, Ed. RT, n. 5, pp. 159 e 160.

³⁶ *Obra já citada - Substituição Processual*, Ed. RT, São Paulo, 1971, pp. 97 e 165.

³⁷ In *Código de Processo Civil Comentado*, vol. I, Ed. RT, São Paulo, 1975, p. 429.



I - O art. 8º, inc. III, da Constituição da República, não assegura a substituição processual pelo sindicato.

II - A substituição processual autorizada ao sindicato pelas Leis ns. 6.708, de 30-10-1979, e 7.238, de 29-10-1984, limitada aos associados, restringe-se às demandas que visem aos reajustes salariais previstos em lei, ajuizadas até 3-7-1989, data em que entrou em vigor a Lei n. 7.788.

III - A Lei n. 7.788/89, em seu art. 82, assegurou, durante sua vigência, a legitimidade do sindicato como substituto processual da categoria.

IV - A substituição processual autorizada pela Lei n. 8.703, de 30-7-1990 ao sindicato, alcança todos os integrantes da categoria e é restrita as demandas que visem à satisfação de reajustes salariais específicos, resultantes de disposição prevista em lei de política salarial.

V - Em qualquer ação proposta pelo sindicato como substituto processual, todos os substituídos serão individualizados na petição inicial e, para o início da execução, devidamente identificados, pelo número da carteira de trabalho e previdência social ou de qualquer documento de identidade.

VI - É lícito aos substitutos integrar a lide como assistente litisconsorcial, acordar, transigir e renunciar, independentemente de autorização ou anuência do substituto.

VII - Na liquidação da sentença exeqüenda, promovida pelo substituto, serão individualizados os valores devidos a cada substituído, cujos depósitos para quitação serão levantados através de guias expedidas em seu nome ou de procurador com poderes especiais para esse fim, inclusive nas ações de cumprimento.

VIII - Quando o sindicato for o autor da ação na condição de substituto processual, não serão devidos honorários advocatícios.³⁸

8.2. A POSIÇÃO DO TRF 1ª REGIÃO

³⁸ Súmula n. 310, publicado no DJU de 6-5-93, p. 8.291, decisão de 28-4-93. Resolução n. 1, de 1993, que deu origem ao enunciado. Legislação: Lei n. 6.708, de 1979, que dispõe sobre correção automática dos salários; Lei n. 7.238, de 1984, que dispõe sobre a correção semestral dos salários e revoga o Dec.-lei n. 2.065/83; Lei n. 7.788, de 1989, art. 8º, que dispõe sobre a política salarial; Lei n. 8.073, de 1990.



O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília, manifestando-se sobre a legitimação das entidades associativas e dos sindicatos, fez expedir as seguintes ementas:

Constitucional. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, conforme disposto no art. 52, XXI, da CF. No entanto, ao sindicato cabe, somente, a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, como disposto no art. 82, III, da Lei Maior, concernentes ao direito do trabalho ou ao âmbito da jurisdição trabalhista. Ilegitimidade, no caso, visando a que os sindicalizados não paguem a contribuição social instituída pela Lei n. 7.689/89.

Indeferimento da petição inicial. Improvimento do recurso de apelação³⁹.

Processo civil. Legitimidade do sindicato. Ação civil pública. Direito do Setor Sucro-Alcooleiro a parcelamento de dívidas.

I - Tem o sindicato direito de representação, quando devidamente autorizado (art. 52, XXI, da CF), podendo ainda agir como substituto processual dos seus filiados (art. 8º, III, da Carta Política).

II - Legitimidade do substituto processual que transcende os interesses trabalhistas, mas só presente quando há conexão ou interesse ou direito do substituto com o do substituído.

III - Inexistência de conexão do direito discutido na ação civil pública, versando sobre a legalidade ou não do parcelamento de dívidas do setor para com o Governo.

IV - Ausência de legitimidade do sindicato para, como substituto processual, defender interesse prático e reflexo, não jurídico, via assistência da concessionária do parcelamento.

V - Agravo improvido⁴⁰.

³⁹ Decisão unânime da 4ª Turma, em 9 de dezembro de 1992, publicado no DJ de 1-2-93, p. 1.732, Seção II. Relator o Exmo. Sr. Juiz Leite Soares.

⁴⁰ Agravo de Instrumento n. 92.01.28095-DF. relatado pela Exma. Sra. Juíza Eliana Calmon, em 30 de novembro de 1992, 4ª Turma do TRF-14 Região, publicado no DJ de 7-12-92. Seção II, p. 41.169. Decisão: unânime.



8.3. A POSIÇÃO DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, chamado a se pronunciar sobre a legitimidade dos partidos políticos, assim decidiu:

Processual. Mandado de segurança coletivo. Partido político. Ilegitimidade. Quando a Constituição autoriza um partido político a impetrar mandado de segurança coletivo, só pode ser no sentido de defender os seus filiados e em questões políticas, ainda assim, quando autorizado por lei ou pelo estatuto. Impossibilidade de dar a um partido político legitimidade para vir a Juízo defender 50 milhões de aposentados, que não são, em sua totalidade, filiados ao partido e que não autorizaram o mesmo a impetrar mandado de segurança em nome deles.⁴¹

8.4. A POSIÇÃO DO TRF 5ª REGIÃO

O Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ao apreciar mandado de segurança coletivo interposto por associação sindical para que seus associados não pagassem o FINSOCIAL, assim decidiu:

Mandado de segurança coletivo. FINSOCIAL. Lei n. 7.738/89. Incabimento. Inocorrendo nexo entre o interesse fundamental, básico e nuclear da associação sindical e a defesa do interesse das pessoas jurídicas a ela associadas quanto ao não pagamento da contribuição para o FINSOCIAL, nos termos da Lei n. 7.738/89, seria indispensável a autorização de cada afiliada, nos termos do art. 5º, XXI, da CF, para a impetração de mandado de segurança coletivo. Ensinamentos de Calmon de Passos...⁴²

Em se tratando de sindicato, decidiu que:

Processo civil. Substituição processual. Sindicato. Defesa de direitos e interesses. O sindicato só pode pleitear, como substituto processual, direito alheio, nos termos da lei - art. 6º, do CPC. Mesmo quando o sindicato age como substituto, está compelido na formulação da inicial a apresentar as postulações concretas dos substituídos, seus nomes e

⁴¹ MS n. 197-DF, Relator Min. Garcia Vieira, *in* DJ de 20-8-90.

⁴² Acórdão da 1ª Turma do TRF 5ª Região, Relator Juiz Castro Meira, na AMS n. 0501611-CE (DJ de 4-10-91).



qualificações (Wilson Campos Batalha, *Direito Processual das Coletividades*, 1990, p. 100)⁴³.

Como se observa, em face das decisões supra mencionadas, a jurisprudência está enriquecendo o tema com novas interpretações que, ao meu sentir, visam, unicamente, fortalecer o instituto da substituição processual por se tentar construir um sistema em que a sua utilização se faça com segurança tanto para o direito das partes promoventes como para o das partes promovidas, especialmente no referente aos possíveis problemas que poderão surgir por ocasião da execução.

⁴³ Decisão proferida pela 1ª Turma do TRF 5ª Região, relatada pelo Exmo. Sr. Juiz Ridalvo Costa, em 26 de setembro de 1991, Ac. n. 9.906-RN.

